

O PROJETO HEGEMÔNICO E OS PROJETOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO NO AMAPÁ

THE HEGEMONICAL PROJECT AND ALTERNATIVE DEVELOPMENT PROJECTS IN AMAPÁ

EL PROYECTO HEGEMÓNICO Y PROYECTOS ALTERNATIVOS DE DESARROLLO EN AMAPÁ

RESUMO

O estado do Amapá se apresenta como fronteira para o desenvolvimento do capitalismo. A implantação de infraestrutura pelo Estado permitiu o desenvolvimento da mineração, do agronegócio, da indústria madeireira e da indústria pesqueira. Estas atividades são apontadas pelo Estado como fundamentais para o desenvolvimento econômico do Amapá, mas se apresentam extremamente ligadas à acumulação do grande capital, por isto sua classificação como hegemônica. Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico e as alternativas e resistência dos povos tradicionais no Amapá. Para tanto, foram identificadas as problemáticas envolvendo o projeto de desenvolvimento hegemônico e as iniciativas dos povos tradicionais de resistência e perpetuação de seu modo de vida. Como resultado, foi possível identificar que o projeto hegemônico apresenta em si muitas contradições e limitações impostas pelas condições geográficas e socioeconômicas do Amapá. Por outro lado há muitas iniciativas dos povos tradicionais que se apresentam como alternativa ao projeto hegemônico para o desenvolvimento econômico do Amapá. Conclui-se que é possível estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico para o Amapá socialmente justo e ambientalmente mais apropriado à dinâmica socioespacial do estado, mas isto enseja a mudança no paradigma de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado.

Palavras-chave: Economia. Fronteira capitalista. Povos tradicionais. Resistência.

ABSTRACT

The state of Amapá show up as a frontier for the capitalism development. The infrastructure implementation by the State has allowed the development of mining, agribusiness, the timber industry and the fishing industry. These activities are identified by the State as fundamental for the Amapá economic development, but they are extremely linked to the large capital accumulation, hence its classification as hegemonic. Therefore, the aim of this article is to present the limits of the hegemonic development model and the alternatives and resistance of traditional peoples in Amapá. To this end, problems involving the hegemonic development project and the traditional peoples initiatives of resistance and way of life perpetuation were identified. As a result, it was possible to identify that the hegemonic project show up many contradictions and limitations imposed by the Amapá geographic and socioeconomic conditions. On the other hand, there are many traditional peoples initiatives that present themselves as an alternative to the hegemonic project for the economic development of Amapá. It is concluded that it is possible to establish an economic development model for Amapá that is socially fair and environmentally more appropriate to the state's socio-spatial dynamics, but this entails a change in the economic development paradigm adopted by the State.

Keywords: Capitalist frontier. Economy. Traditional peoples. Resistance.

RESUMEN

El estado de Amapá se presenta como una frontera para el desarrollo del capitalismo. La implementación de infraestructura por parte del Estado ha permitido el desarrollo de la minería, la agroindustria, la industria maderera y la industria pesquera. Estas actividades son identificadas por el Estado como fundamentales para el desarrollo económico de Amapá, pero están sumamente ligadas a la acumulación de gran capital, de ahí su clasificación como hegemónicas.

 Eduardo Margarit Alfena do Carmo ^a

^a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Oiapoque, AP, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2022.64996

Correspondência: eduardo.margarit@unifap.br

Recebido em: 30 set. 2021

Aceito em: 06 jan. 2022



Por tanto, el objetivo de este artículo es presentar los límites del modelo de desarrollo hegemónico y las alternativas y resistencias de los pueblos tradicionales de Amapá. Para ello, se identificaron problemas relacionados con el proyecto de desarrollo hegemónico y las iniciativas de los pueblos tradicionales de resistencia y perpetuación de su forma de vida. Como resultado, fue posible identificar que el propio proyecto hegemónico tiene muchas contradicciones y limitaciones impuestas por las condiciones geográficas y socioeconómicas de Amapá. Por otro lado, son muchas las iniciativas de los pueblos tradicionales que se presentan como una alternativa al proyecto hegemónico para el desarrollo económico de Amapá. Se concluye que es posible establecer un modelo de desarrollo económico para Amapá que sea socialmente justo y ambientalmente más apropiado a la dinámica socioespacial del Estado, pero esto implica un cambio en el paradigma de desarrollo económico adoptado por el Estado.

Palabras-clave: Economía. Frontera capitalista. Pueblos tradicionales. Resistencia.



INTRODUÇÃO

A apropriação capitalista da Amazônia possui uma trajetória contraditória. Para sobre seu processo de degradação o discurso consensual e os elementos simbólicos da modernidade, que são reproduzidos pela população da região e do Brasil como um todo, ou seja, a pavimentação das rodovias, a construção de hidrelétricas, o desenvolvimento do agronegócio, a industrialização, entre outros, são considerados símbolos essenciais de progresso e desenvolvimento regional pela população em geral. A oposição a este modelo de desenvolvimento aparece apenas em um segmento formado por movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores que encontram extrema dificuldade em estabelecer bases sólidas de apoio da opinião pública e da grande mídia.

Os preceitos desenvolvimentistas aparecem coadunados com uma pretensa preocupação ambiental, que não raro exaltam as belezas naturais da Amazônia, na construção de um discurso conflitante. Neste teatro de construção de ideias, seus atores possuem papéis bem definidos: a classe hegemônica luta para consolidar seus projetos de acumulação capitalista, usando falaciosos discursos de sustentabilidade; e os povos tradicionais lutam pela manutenção de seus modos de vida, mesmo que se para isto usem da retórica desenvolvimentista, como estratégia para não serem excluídos do processo. Na prática, de um lado tal dinâmica se traduz na associação entre o poder político e o empresarial, que coadunam seus interesses no cotidiano de suas operações, estabelecendo-se como poder hegemônico; do outro lado na associação entre os povos tradicionais e as organizações governamentais e não governamentais, ligadas às questões sociais e ambientais, estabelecendo-se como resistência e alternativa ao modelo hegemônico. Entre ambos está a opinião pública, que compreende as duas retóricas como válidas, mas não distingue claramente a complexidade e contradição deste enfrentamento.

É neste contexto de contradições e conflitos que o estado do Amapá é apresentado pela ótica do poder hegemônico como última fronteira para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Entretanto, há especificidades de toda ordem que precisam ser consideradas como fatores limitantes ao modelo de desenvolvimento hegemônico no Amapá. Condições demográficas, territoriais, ambientais, geopolíticas, climáticas, geomorfológicas, pedológicas, entre outras especificidades do Amapá contingenciam o desenvolvimento capitalista.

Diante dos fatores elencados, justifica-se a necessidade de desconstruir a retórica positivista dominante sobre o modelo hegemônico e apresentar as alternativas. Por isto, o objetivo deste artigo é apresentar os limites do modelo de desenvolvimento hegemônico e as alternativas e resistência dos povos tradicionais no Amapá. Para tanto, foram identificadas as problemáticas envolvendo o projeto de desenvolvimento hegemônico e as iniciativas dos povos tradicionais de resistência e perpetuação de seu modo de vida.

Os resultados aqui apresentados são fruto de pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2019 para o doutoramento em Geografia, bem como trabalhos de campo e entrevistas realizadas neste mesmo período, com a coleta de dados qualitativos e a revisão bibliográfica a respeito do tema. Com a apresentação destes resultados espera-



se contribuir com a reflexão crítica em torno do modelo de desenvolvimento hegemônico e a apresentação de alternativas capazes de produzir resultados socioeconômicos mais justos para a população do Amapá.

A construção de um modelo socialmente injusto

A dinâmica político-econômica brasileira é resultado direto dos interesses dos atores hegemônicos que dominam o cenário econômico e político, consolidando estratégias para permanecerem no poder e perpetuar sua hegemonia. Estas estratégias construíram um modelo socialmente injusto, na medida em que visa tão somente a manutenção do poder e privilégios da classe hegemônica. No intuito de decifrar esta dinâmica faz-se necessário, primeiramente, a delimitação de algumas concepções que norteiam este debate.

De início, a compreensão do conceito de hegemonia se demonstra como basilar para a construção dos argumentos que se seguem. Por hegemonia entende-se a relação de dominação ideológica de classes, estabelecida no contexto de *Estado ampliado* de Antonio Gramsci, onde a burguesia controla o Estado e engendra mecanismos para a manutenção da ordem hegemônica (GRAMSCI, 2004; 2007). Neste contexto, não há como conceber o Estado dissociado das históricas lutas de classe do pensamento marxista.

No caso brasileiro, por atores hegemônicos entende-se “os donos do poder”, parafraseando Raimundo Faoro, que remontou seis séculos de história a fim de confirmar no Brasil um sistema de forças políticas que governa em interesse próprio, fazendo conexão com o pensamento de Hegel, Marx e Engels, e confirmando a existência de um sistema calcado no patrimonialismo, que emana do conjunto de manipulações e controles do corpo estatal (FAORO, 1987, p. 737).

A preocupação de Faoro (1987) de remontar seis séculos de história para compreender o contexto atual depreende a necessidade de se compreender as origens deste modelo socialmente injusto que se instalou no Brasil. Não há como compreender a sociedade atual sem considerar o processo de colonização brasileira, que construiu suas bases. Sobre este contexto, Bertha Becker e Claudio Egler tecem uma importante ponderação sobre o papel autoritário do Estado na defesa dos interesses hegemônicos na América Latina:

Mas o autoritarismo no continente tem raízes antigas. Enquanto na maioria dos países europeus a organização do Estado foi posterior à existência de uma sociedade mais ou menos organizada, na América Latina sucedeu o contrário. A presença do aparato militar-religioso-burocrático, por um lado, garantia o monopólio do comércio; por outro, controlava a concessão de terras e legitimava o trabalho escravo e servil, bases do poder local dos grandes senhores nas colônias. A constituição de Estados independentes, através da conquista deste aparato por interesses oligárquicos e mercantis autóctones, não buscava a definição de mercados nacionais e sim viabilizar a articulação com a Grã-Bretanha, sem romper com a estrutura social hierárquica e autoritária que lhe dava sustentação (BECKER; EGLER, 1993, p. 32).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 24) lembra que o processo de colonização da América pelos europeus constituiu o marco para a consolidação da hegemonia europeia no mundo, à custa de escravidão e



genocídio, e instalou o que ele chama de *sistema-mundo moderno-colonial*. Este marco é fundamental para que se estabeleça uma relação clara da atuação do poder hegemônico e o contexto neocolonial em que o Brasil se insere, pois, é indissociável a relação existente entre a atual classe hegemônica brasileira e o processo de colonização que construiu a estrutura do sistema-mundo contemporâneo.

A política de desenvolvimento brasileira foi pautada em um processo histórico de inserção da economia do país na economia-mundo. Desde o início do período colonial brasileiro houve sucessivas fases econômicas, caracterizadas pela centralidade de uma mercadoria, mas sem transformação na forma como o país estruturava o seu desenvolvimento. A economia açucareira dos séculos XVI e XVII, o ouro no século XVIII e o café no século XIX sustentaram o modelo colonial de desenvolvimento. A proclamação da independência (1822) e o início da república (1889), apesar de inaugurarem fases de políticas endógenas de desenvolvimento, continuaram a permitir a sustentação de um modelo neocolonial e imperialista, com o qual os países centrais estenderam suas redes de poder, de forma a garantir a perpetuação da submissão econômica e usurpação dos bens naturais dos países periféricos.

Já no século XX são inauguradas diversas outras etapas de desenvolvimento econômico no Brasil. O café ainda permaneceu durante o início do século XX como mercadoria central na economia. Entretanto, a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, inicia-se o processo de desenvolvimento industrial, para substituição de importações, a partir das condições criadas pela economia do café. Para tanto, o Estado incumbiu-se da infraestrutura necessária, com a construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas e indústrias de base (Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia Vale do Rio Doce – CVRD), dentro de um contexto autoritário e repressivo (BECKER; EGLER, 1993).

O processo de industrialização brasileiro da primeira metade do século XX cria uma nova elite ligada ao setor industrial e um novo arranjo socioespacial: o urbano-industrial. A indústria passa a ser vista como símbolo de modernidade e progresso e o crescimento das cidades como expressão deste processo. O discurso de modernidade, expresso pela industrialização e crescimento urbano, oculta os bastidores do processo, que ocorre com a exploração do trabalho operário e a eclosão de diversos problemas sociais.

A atuação do Estado ao longo de toda a segunda metade do século XX continuou a reproduzir a mesma estratégia, isto é, a de fortalecer o desenvolvimento do grande capital como estratégia para o desenvolvimento nacional, sem, contudo, sanar os problemas sociais, priorizando as demandas do poder hegemônico. Diante deste cenário, Celso Furtado afirma que o Brasil se modernizou, porém, não se desenvolveu, principalmente pela permanência de problemas históricos como a fome, o déficit habitacional, a precariedade da educação, a concentração de renda, um sistema tributário injusto e o endividamento do Estado (FURTADO, 2002).



Diante do contexto neoliberal, há a necessidade de se colocar um ponto central em comum sobre a condição contraditória e desigual em que se deu o desenvolvimento capitalista como um todo. Ele foi marcado pelo crescimento econômico das nações, mas não eliminando a condição de pobreza de grande parte de suas populações. Sobre esta premissa, ao analisar a dinâmica do capitalismo no início do século XXI, o economista francês Thomas Piketty (2014) enfatiza que, apesar de ter havido crescimento econômico, não houve modificação da estrutura desigual de concentração de renda, pelo contrário, utilizando dados de vinte países nos últimos duzentos anos afirma que a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção de renda, agravando a desigualdade social e tornando-a insustentável.

Portanto, no cenário contemporâneo verifica-se que houve a crescente remuneração do capital, gerada pelos sistemas produtivos, que elevou a economia das nações e, evidentemente, também a economia brasileira. Entretanto, esta remuneração foi estrategicamente distribuída de forma restrita entre as elites nacionais e internacionais, mantendo o trabalhador sob a condição de apropriação de uma parcela mínima desta remuneração. Tal condição se agravou no contexto neoliberal, acentuando a desigualdade e a segregação socioespacial, que corroborou com a crescente violência nas cidades e criação de uma relação de classes intimidadora, que é combatida com repressão e violência pelo Estado. Este contexto revela como o processo de acumulação por espoliação, expressa por Harvey (2003), se deu no Brasil, massificada sob a prerrogativa neoliberal.

Diante do agravamento dos contextos provocados pela política neoliberal, torna-se infactível a possibilidade de que esta estratégia seja solução para os problemas sociais. O neoliberalismo foi apenas um novo instrumento do capitalismo para a perpetuação da hegemonia das elites. A estratégia neoliberal do capitalismo, além de agravar os problemas sociais, suprimiu e condicionou, ainda mais, os mecanismos democráticos.

É neste contexto mais amplo que o estado do Amapá está inserido em projetos de desenvolvimento econômico hegemônicos. O Estado busca, por meio da consolidação de infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, linhas de transmissão, telecomunicações, entre outras), criar as condições para o desenvolvimento do grande capital, utilizando-se desta estratégia com o argumento de aumentar a arrecadação, que supostamente faria com que houvesse a melhoria nos serviços públicos oferecidos à população em geral. O resultado é o agravamento da desigualdade social e dos problemas ambientais, sem que o Estado consiga recursos suficientes para realizar as medidas compensatórias.



O modelo falido da mineração no Amapá

A mineração foi a primeira atividade associada ao desenvolvimento do grande capital no Amapá e a construção do discurso relativo à da atividade foi a retórica reinante no desenvolvimento do Território Federal do Amapá. A mineração de manganês realizada pela Icomi no Amapá, a partir de 1957, teve grande impacto sobre a economia do estado, visto que se realizou em grande escala, com aparato industrial associado e construção de infraestrutura de suporte.

A mineração de manganês se tornou o símbolo do modelo de desenvolvimento do Estado para o Amapá. Da mesma forma, as vilas operárias de Serra do Navio e Vila Amazonas passaram a ser modelo de urbanização e ser operário da Icomi era a referência de emprego almejado pelo trabalhador do Amapá.

Ainda hoje a mineração é vista como positiva por grande parte da população, visto o saudosismo existente em torno dos avanços do projeto da Icomi no Amapá. Desta forma, o discurso acerca dos novos empreendimentos minerais no Amapá comumente retomam a lembrança do significado da mineração de manganês da Icomi para o estado, na tentativa de promover a imagem positiva dos empreendimentos.

A geração de empregos formais dos grandes empreendimentos minerais é o principal mecanismo de dinamização econômica e construção da imagem positiva das empresas mineradoras. A Icomi foi o maior exemplo desta dinâmica e, em menor escala e atualmente, a Great Panther, Cadam, Mineração Vila Nova, Unangem-Eldorado Gold e Dev Mineração são empresas associadas à imagem do benefício de geração de empregos. Entretanto, a lógica da mineração de exploração dos bens naturais do Amapá desprovida de uma responsabilidade de longo prazo com a sociedade e o meio ambiente é o cerne da crítica aqui exposta, já que por mais que a mineração no Amapá tenha proporcionado algum avanço social enquanto em atividade, como ocorreu com a Icomi, ao esgotar as jazidas minerais o benefício social também cessa. Ao término da exploração mineral, acabam o minério e os empregos e ficam os passivos ambientais e sociais.

As cidades de Serra do Navio e Santana compõem os principais passivos sociais da mineração irresponsável e predatória realizada pelo poder hegemônico no Amapá, que esgotou reservas minerais riquíssimas não proporcionando a manutenção de condições sociais e ambientais minimamente satisfatórias à população, composta de trabalhadores e seus descendentes que vivem nestes locais.

Enquanto a mineração de manganês estava ativa, estas duas cidades eram símbolos da prosperidade econômica e equipamentos sociais de qualidade amplamente reconhecidos com hospitais e escolas. Com o término da exploração mineral tudo foi entregue à administração do Estado. Cidades e pessoas que surgiram devido aos e com recursos da exploração mineral passaram a ser responsabilidade de uma administração pública sem recursos ou alternativas que pudessem substituir o papel da mineração na geração de emprego e

renda. O resultado desta estratégia é retratado no exemplo das atuais condições da cidade de Serra do Navio na Figura 1, com vias urbanas em condições precárias e aglomerados suburbanos.

Figura 1. Aglomerados suburbanos



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Como demonstrado, a cidade de Serra do Navio que outrora foi exemplo de urbanização, com saneamento básico, ótimos equipamentos e serviços urbanos, planejamento e arquitetura, agora reflete o abandono e as péssimas condições a que foi relegada a população que exerceu o papel de trabalhadores na mineração. Sob este aspecto cabe profunda reflexão sobre o verdadeiro papel da mineração como instrumento de desenvolvimento, pois, por mais que tal condição não tenha se estabelecido por vontade da empresa mineradora, atesta a ineficácia da mineração como política de desenvolvimento do Estado.

A própria infraestrutura de circulação ferroviária construída pela Icomi, que poderia servir à população e ser instrumento de continuidade do desenvolvimento capitalista, foi abandonada pelas empresas mineradoras que sucederam a Icomi em projetos de mineração em Serra do Navio. Devido ao abandono, a Estrada de Ferro Amapá não apresenta mais condições de tráfego em toda a sua extensão, conforme exemplificado na Figura 2.

Figura 2. Estação de Cupixi



Fonte: Eduardo Margarit (2018).



Com a paralisação do transporte de passageiros pela ferrovia, a população passou a ter apenas o transporte rodoviário como opção e com custo maior. Muitos agricultores que habitam no entorno da ferrovia utilizavam o trem para o transporte da produção para venda em Santana e Macapá, mas não conseguem realizar o mesmo por transporte rodoviário devido ao alto custo e estão deixando de exercer a atividade agrícola¹. Portanto, a ferrovia foi construída para atender à mineração, mas passou a ter uma função social importante e poderia ter sido um legado positivo da mineração para a sociedade, mas foi abandonada.

Os prejuízos provocados pela desativação da Estrada de Ferro Amapá não se restringem ao contexto social, porque também foram prejudicadas as atividades de mineração de outras empresas, como a Mineração Vila Nova e a mineradora Unangem- Eldorado Gold, que faziam uso da ferrovia para o transporte da produção mineral para o porto de Santana. Portanto, a atuação irresponsável de uma empresa mineradora trouxe prejuízos aos povos tradicionais que utilizavam a ferrovia para vender a sua produção agrícola e para a própria dinâmica de reprodução do grande capital da mineração. O que demonstra a total falta de responsabilidade dos empreendimentos minerários com o contexto social e econômico local.

As limitações do agronegócio no Amapá

O agronegócio representa a principal estratégia de desenvolvimento do grande capital no Amapá atualmente e é sinalizado como um instrumento de desenvolvimento, sendo comumente associado à geração de empregos. Entretanto, o alto nível de mecanização das atividades por si só elimina a possibilidade de que esta seja uma estratégia eficiente de geração de empregos.

Desde a instalação de um terminal graneleiro no Amapá em 2012 e a pavimentação de rodovias federais e estaduais, produtores de grãos provenientes de outras unidades da federação migraram para o Amapá em busca do aproveitamento dos potenciais que o estado oferece para o cultivo de grãos. Porém, o agronegócio sojicultor não é uma estratégia econômica interessante para o desenvolvimento econômico do Amapá, não só por não gerar empregos, por ser uma atividade altamente mecanizada, mas também por não se demonstrar competitiva em termos de movimentação de capital, frente a outras atividades tradicionais do estado. Comparada com outras culturas, a sojicultura apresenta baixo rendimento, como em relação à mandioca. O Quadro 1 apresenta uma comparação do rendimento entre a mandioca e a soja no Amapá, em que é possível verificar que a cultura da mandioca é capaz de produzir mais, com maior valor, em menos hectares, além de ser uma atividade que gera muito mais ocupação no campo.

¹ Informação oral proveniente do entrevistado J. R. S. N. (2018).



Quadro 1. Comparação de rendimento entre a mandioca e a soja no Amapá

| Variáveis | Mandioca | Soja |
|----------------------------------|------------|------------|
| Área plantada (hectares) | 10.537 | 20.300 |
| Quantidade produzida (toneladas) | 112.244 | 47.818 |
| Valor da produção (reais) | 59.241.000 | 44.468.000 |

Fonte: IBGE (2020).

Este cenário ainda é mais discrepante quando se pensa na geração de renda com a produção e comercialização de farinha de mandioca e outros derivados, além do fato de que a farinha de mandioca é um componente fundamental na alimentação do povo amapaense. Tal prerrogativa revela o quanto limitado é o modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio sojicultor, que imobiliza grande parcela de terras em atividades menos rentáveis do que as já praticadas pelos povos tradicionais do Amapá. Mais grave ainda é o fato de que há povos tradicionais sendo expulsos de suas terras e com isso impedidos de produzir. Portanto, o desenvolvimento do agronegócio no Amapá representa muito mais a retração da economia do que seu desenvolvimento.

Há outros fatores que se apresentam como limites para o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo. O principal deles é a disponibilidade de terras viáveis ao seu desenvolvimento. O Amapá possui um mosaico de unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e terras quilombolas. Somam-se tantas outras territorialidades ainda não reconhecidas de povos tradicionais. Predomina ainda o Bioma Amazônia, em termos de distribuição espacial, que não é interessante para o desenvolvimento do agronegócio. Mesmo no cerrado amapaense, espaço focal para o agronegócio, há terras que apresentam características desfavoráveis. Trata-se de áreas úmidas (alagados, mangues, banhados, brejos, lagoas, entre outros) ou de solos rasos, ácidos e laterizados². Há também no cerrado amapaense diversas áreas de afloramentos rochosos, neossolos quartzarênicos ou de relevo com alto grau de ondulação.

As características geológicas e hidrológicas do Amapá também podem representar um fator limitante ao desenvolvimento do agronegócio. A formação geológica de escudo cristalino sobre a qual se assenta o Amapá possui rochas com a característica de não armazenar água, o que faz com que no período de estiagem (julho-novembro) muitos rios sequem ou tenham a vazão extremamente reduzida, o que impede o seu aproveitamento para fins de irrigação. Tal fato revela a dificuldade em exercer atividades agrícolas durante todo o ano, tornando a agricultura extremamente dependente do regime pluviométrico.

² Solos que, ao terem sua cobertura vegetal removida, perdem rapidamente a matéria orgânica, passam por laterização, ficam altamente impermeáveis e com formação de lateritos, em uma canga laterítica, ficando improdutivos.



No cenário oposto, ou seja, no período chuvoso (dezembro-junho), o regime pluviométrico é intenso no Amapá, aumentando a proliferação de fungos nos plantios e a lixiviação e erosão dos solos. Este quadro acaba por aumentar os custos do agronegócio no manejo de solos e controle de fungos das plantações.

Todas estas condições naturais citadas agem como mecanismos restritivos ao pleno desenvolvimento do agronegócio no Amapá. Somam-se às condições naturais fatores estruturais, como as instituições estatais ainda pouco consolidadas, principalmente no tocante à questão ambiental. Se por um lado estas instituições relaxam o controle e fiscalização dos empreendimentos, por outro são ineficientes na regularização das atividades de acordo com as exigências de mercado. Tudo isto cria um cenário desfavorável e desmotivante para o agronegócio, que seria ainda mais pujante se tivesse condições ambientais e institucionais como as existentes na região Centro-Oeste, por exemplo.

Os limites da indústria madeireira e da indústria pesqueira

As indústrias madeireira e pesqueira possuem como principal fator limitante de suas atuações a disponibilidade dos bens naturais. As espécies de árvores interessantes ao processamento da indústria madeireira estão se esgotando gradativamente, conforme avança a exploração. Da mesma forma, a disponibilidade de recursos pesqueiros para o processamento industrial é gradativamente reduzida, conforme avança sua exploração. Este fato foi atestado nas falas de entrevistados³ e pode ser verificado na própria dinâmica da fronteira capitalista. A atividade da indústria madeireira é latente na fronteira capitalista, mas a partir do momento que o capitalismo se consolida, a indústria madeireira entra em crise, pois, os recursos madeireiros se esgotam. Já as terras permanecem sob o domínio do agronegócio.

Portanto, é indispensável considerar que o modelo de indústria madeireira e de indústria pesqueira em desenvolvimento no Amapá é insustentável. Ambas superexploram os bens naturais do estado, provocando seu exaurimento. Trata-se de setores que cresceram à custa da exploração gananciosa dos bens naturais do Amapá e não apresentam indício de que poderão se sustentar por muito tempo. Tal cenário está produzindo uma falsa impressão de desenvolvimento econômico, na medida em que figuram como novos empreendimentos, geram empregos, renda e impostos, mas são temporários uma vez que os recursos para produção irão se esgotar.

O futuro das indústrias madeireira e pesqueira depende da imposição de limites pelo aparelho estatal, que precisará estabelecer normas e fiscalizar os empreendimentos para que se tornem mais sustentáveis. A

³ Informação oral proveniente dos entrevistados F. E. S., M. M. B. e R. M. P. em 2017 e E. P. M., J. R. S. N. e I. S. C. em 2018.



opção para a indústria madeireira é um manejo florestal responsável, que de fato ocorra dentro dos parâmetros da sustentabilidade. Já no caso da indústria pesqueira, a questão da sustentabilidade da atividade é mais complexa, porque há a atuação de barcos de pesca de outros estados e outros países. Neste caso, o controle e fiscalização estatal talvez não seja suficiente para que a atividade se torne sustentável, visto que já houve a severa redução da oferta de pescado nas águas do Amapá. A perpetuação da indústria pesqueira pode ocorrer por meio da piscicultura, mas isso também dependerá da atuação do Estado no ordenamento territorial.

Nenhum dos cenários apontados é animador, uma vez que todos dependem da atuação do Estado em seus mecanismos de controle das atividades e o Estado não tem demonstrado uma governança eficiente nestes setores, pelo contrário, tem sido subserviente aos interesses gananciosos dos empreendedores. A indústria madeireira e a indústria pesqueira estão fadadas ao fim se não houver mudança na governança do setor e a população envolvida nestas atividades será gravemente afetada pela perda destes postos de trabalho e esgotamento dos bens florestais e pesqueiros. Trata-se de mais um grupo de atividades que deixará no Amapá um legado de passivos ambientais e sociais que terão que ser dirimidos pelo aparelho estatal e pela população.

O pensamento alternativo

A centralidade da discussão em torno da Amazônia deve passar a ser a forma de empoderamento de seus povos como estratégia de construção das bases para o desenvolvimento regional. Isto significa a necessidade de criação de uma capacidade intelectual interna tão pujante quanto a existente na Região Centro-Sul, mas construída sobre bases locais, com escolas e instituições de ensino superior, com currículos construídos por e a partir das demandas regionais.

De forma lenta e gradual, as instituições de ensino e pesquisa da Amazônia têm adotado políticas de inclusão, valorização e empoderamento dos povos tradicionais. No Amapá, as escolas famílias agrícolas/agroextrativistas/agroecológicas (EFA) representam um importante elemento de valorização e empoderamento dos povos tradicionais. São escolas que possuem um regime, metodologia e gestão diferenciadas, construídas de acordo com as particularidades do modo de vida dos povos tradicionais do Amapá, como explicado por Ana Lídia Cardoso do Nascimento, que analisou a relação entre o meio ambiente e as escolas famílias agrícolas no Amapá:

As EFA, em seu trabalho com a pedagogia da alternância, podem se constituir em alternativa de educação rural diferente das escolas rurais convencionais, por estimularem ações associativistas nas comunidades envolvidas, e o fortalecimento de seu capital social, através de práticas de solidariedade e cooperação. Essa pedagogia alia os conhecimentos formais escolares aos conhecimentos da família



do agricultor, contribuindo para o fortalecimento do trabalho com agricultura, pecuária, extrativismo, piscicultura, e enriquecimento de suas experiências de vida e trabalho. É esta contribuição que fará com que a escola desempenhe sua função social transformando-se em espaço de valorização das práticas sócio-culturais e econômicas, visando à melhoria de vida da comunidade, podendo contribuir para a conquista do desenvolvimento local sustentável (NASCIMENTO, 2009, p. 37-38).

Há no Amapá 6 escolas famílias agrícolas, localizadas em comunidades tradicionais, que foram implantadas em diferentes momentos e atendem diferentes contextos de qualificação e nível de formação de acordo com a necessidade das comunidades do entorno. O Quadro 2 apresenta uma síntese das escolas família existentes no Amapá, o ano de implantação, a comunidade, o município em que está instalada e a qualificação profissional trabalhada.

Quadro 2. Escolas famílias agrícolas/agroextrativistas/agroecológicas no Amapá

| Ano | Sigla | Nome | Comunidade | Município | Qualificação |
|------|---------|---|-------------------------|-----------------|------------------|
| 1988 | EFAP | Escola Família Agrícola do Pacuí | São Joaquim do Pacuí | Macapá | Agropecuária |
| 1991 | EFAPEN | Escola Família da Perimetral Norte | Cachorrinho | Porto Grande | Agropecuária |
| 1997 | EFAC | Escola Família Agroextrativista do Carvão | Carvão | Mazagão | Agroextrativismo |
| 2000 | EFAEXMA | Escola Família Agroextrativista do Maracá | Maracá | Mazagão | Agroextrativismo |
| 2003 | EFACCE | Escola Família da Colônia do Cedro | Cedro | Tartarugalzinho | Agropecuária |
| 2014 | EFAM | Escola Família Agroecológica do Macacoari | Nossa Senhora de Nazaré | Itaubal | Agroecologia |

Fonte: Cardoso e Lomba (2017, p. 125-126). Organizado e elaborado por Margarit (2018).

Josiane Pereira Cardoso e Roni Mayer Lomba, que buscaram correlacionar os aspectos do desenvolvimento sustentável e as escolas famílias agrícolas do Amapá, apontam as EFAs como elemento significativo de contribuição para o desenvolvimento sustentável no Amapá, fortalecimento da agricultura familiar, melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais e fixação dos jovens no campo (CARDOSO; LOMBA, 2017, p. 128). Apesar dos resultados positivos, é importante frisar que a cobertura da educação básica no campo por este tipo de ensino ainda é baixa, visto que apenas 6 comunidades são contempladas. A expansão desta metodologia de ensino para outras comunidades poderia assegurar a ampliação do processo de valorização e empoderamento dos povos tradicionais e contribuir com a permanência dos jovens em suas comunidades de origem.

Como exemplo deste modelo de ensino, as imagens a seguir mostram a Escola Família Agroextrativista da comunidade do Carvão no município de Mazagão, o aspecto geral da escola e das salas de aula (Figura 3), a área verde entre o refeitório e as salas de aula (Figura 4), a farmácia viva com espécies de plantas medicinais,

criada e usada como estratégia de ensino-aprendizagem (Figura 5) e área de agricultura experimental em sistema agroecológico, também criada e usada como estratégia de ensino-aprendizagem (Figura 6).

Figura 3. Salas de aula da EFA Carvão



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 4. Área verde da EFA Carvão.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 5. Farmácia viva da EFA Carvão.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 6. Agricultura experimental na EFA Carvão.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Somam-se às EFAs as diversas escolas indígenas e quilombolas existentes no estado que utilizam metodologia diferenciada e priorizam a atuação de professores da comunidade. Estas iniciativas de escolas pensadas com base nas necessidades dos povos tradicionais são fundamentais para o empoderamento destes. Entretanto, ainda há grande disparidade na infraestrutura e aplicação de recursos entre as escolas urbanas e as escolas das comunidades tradicionais, o que faz com que muitos jovens destas comunidades busquem as escolas urbanas para se formarem.

As instituições de ensino superior são igualmente instrumentos de empoderamento dos povos tradicionais do Amapá. No Instituto Federal do Amapá (IFAP) destaca-se o Curso Técnico em Agroecologia, que tem o potencial de valorização da dinâmica produtiva dos povos tradicionais, além das licenciaturas oferecidas por esta mesma instituição. Já a Universidade Federal do Amapá oferece também cursos de licenciatura, mas o grande destaque são os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, no município de



Oiapoque, e de Licenciatura em Educação do Campo, no município de Mazagão, que são voltados à dinâmica dos povos tradicionais e oferecem um currículo diferenciado, construído a partir das especificidades destes povos.

O Museu Sacaca em Macapá e o Museu Kuahí dos povos indígenas em Oiapoque são outras duas instituições que cumprem um papel valioso de valorização da cultura dos povos tradicionais do Amapá. Ambos apresentam exposições que retratam elementos culturais dos povos tradicionais e contribuem para o empoderamento destes povos.

As universidades e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) também exercem importante contribuição no empoderamento dos povos tradicionais do Amapá por meio das pesquisas empreendidas. Destaca-se a farmácia de produtos fitoterápicos do lepa, que comercializa com baixo custo produtos fitoterápicos produzidos segundo o conhecimento dos povos tradicionais do Amapá.

Os projetos alternativos

A economia dos povos tradicionais também é uma estratégia de empoderamento e diversas instituições têm contribuído neste sentido. O Imazon, por exemplo, produz o Índice de Preços de Produtos da Floresta, que gera um parâmetro importante para estes produtos. O Governo do Estado do Amapá mantém a Casa do Artesão em Macapá, que comercializa o artesanato produzido por diversos povos e tornou-se uma referência para o turismo no Amapá. Em menor escala, outras casas de artesanato nas cidades do interior do Amapá também despontam como alternativas de desenvolvimento, como no exemplo selecionado da Associação Maracá e Cunani em Argila (Figura 7 e Figura 8), no distrito de Mazagão Velho, no município de Mazagão.

Figura 7. Associação Maracá e Cunani em Argila.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 8. Artesanato cerâmico. Fonte:



Fonte: Eduardo Margarit (2018).



Iniciativas populares desenvolvidas com o apoio de instituições também têm se mostrado como alternativas de desenvolvimento. Os povos indígenas de Oiapoque têm trabalhado com a piscicultura e apicultura. Já em Pedra Branca do Amapari e Calçoene, comunidades têm desenvolvido trabalhos com o cipó titica, usado na confecção de móveis artesanais. Diversas outras comunidades possuem trabalhos desenvolvidos com fibras, cerâmicas e outros produtos da floresta, comercializados no mercado local e muito apreciado pelos turistas.

Todas estas atividades dos povos tradicionais também encontram grande inserção junto ao turismo, que apresenta potencialidade, mas ainda não é expressivo no Amapá. Há muitas possibilidades de explorar os bens naturais do Amapá de forma sustentável por meio do turismo. Diversos balneários, em vários municípios do Amapá, já são muito procurados como opção de lazer por moradores do estado, mas ainda não recebem muitos turistas de fora do Amapá. Trata-se de locais de potencial desenvolvimento de geração de renda para os povos tradicionais, que possuem pequenos negócios nestes balneários. Como exemplo demonstrativo é apresentado um balneário no município de Pracuúba (Figura 9) e outro no Distrito de Mazagão Velho, no município de Mazagão (Figura 10).

Figura 9. Balneário em Pracuúba.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 10. Balneário em Mazagão.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Outra atração turística em potencial é a cidade de Oiapoque por sua condição fronteiriça. A visita de turistas provenientes da Guiana Francesa dinamiza a economia do município e é importante potencial de desenvolvimento alternativo para os povos tradicionais, que podem atuar ofertando produtos e serviços para os turistas.

O patrimônio histórico também representa outro alvo de exploração turística. A construção mais conhecida é a Fortaleza de São José de Macapá na capital, mas o município de Mazagão também possui um patrimônio histórico relevante, como a Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Figura 11) e as ruínas da Igreja Marroquina (Figura 12), herança dos colonos provenientes de Marrocos. Somam-se os festejos de São Tiago,



comemoração tradicional de Mazagão que encena a batalha entre Mouros e Cristãos vivida pelos imigrantes marroquinos.

Figura 11. Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 12. Igreja Marroquina



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Existem ainda diversas outras festas tradicionais que geram renda aos povos tradicionais e podem servir para potencializar a atividade turística. Como exemplo, cita-se o Festival do abacaxi de Porto Grande, o Festival da melancia de Vila Velha do Cassiporé, o Festival do tucunaré em Pracuúba, o Festival da castanha de Laranjal do Jari, o Festival do cupuaçu em Serra do Navio, o Festival do açaí no Amapá, e o Festival da mandioca realizado nas comunidades de Mazagão Velho, Carnot e Cedro.

O turismo no Amapá desponta como excelente opção de projeto alternativo de desenvolvimento, uma vez que agrega os povos tradicionais em diversas atividades. Os principais setores que colocam os povos tradicionais como protagonistas de alternativas de desenvolvimento são os de hotelaria e alimentação. O turista que vem ao Amapá dificilmente busca hospedar-se ou alimentar-se em estabelecimentos de alto padrão. O grande diferencial para o turista no Amapá tem sido justamente a aproximação com o modo de vida dos povos tradicionais que vivem no Amapá. Muitas vezes o turista não quer o luxo, mas apenas a simplicidade de uma rede e uma casa de madeira. Neste contexto, os chamados “hotéis de selva” e os restaurantes de comidas típicas são os mais procurados, por se tratar de uma atração peculiar da cultura regional. E isto tem sido uma alternativa para diversas famílias que possuem este tipo de negócio em sua própria casa, oferecendo alimentação e hospedagem para turistas. Trata-se de uma realidade que é encontrada em diversas comunidades e desponta como importante alternativa de desenvolvimento ligada diretamente ao modo de vida dos povos tradicionais que pode ser potencializada.

Garantia do território e modo de vida



No tocante à territorialidade dos povos tradicionais, há a necessidade do ordenamento territorial consciente das características socioespaciais das populações preexistentes. Considerando o precedente existente no estado do Maranhão, onde as quebradeiras de coco babaçu conseguiram manter os babaçuais existentes em propriedades destinadas ao agronegócio livres para o extrativismo praticado pelos povos tradicionais, seria imprescindível garantir da mesma forma que os açazais e bacabais⁴ permanecessem livres para o extrativismo dos povos tradicionais. Da mesma forma, a caça e a pesca nas matas, rios e igarapés existentes nas áreas de reserva legal e proteção permanente das propriedades utilizadas pelo agronegócio poderiam permanecer livres para o acesso dos povos tradicionais. Para tanto, a cartografia social tem muito a contribuir, mapeando as terras-territórios destes povos e empoderando-os na construção de alternativas legais.

O modelo de reservas extrativistas é interessante na construção de alternativas territoriais para os povos tradicionais e vem sendo amplamente aplicado na Amazônia. Mesmo no caso da pesca, as reservas extrativistas têm abrangido cursos d'água e garantido a perpetuação do modo de vida dos povos tradicionais da Amazônia. Esta seria uma alternativa para ao modelo de desenvolvimento pesqueiro em curso no Amapá e configuraria como instrumento de manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais. O Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Biológica do Lago Piratuba são exemplos de unidades de conservação no Amapá que adotaram uma política de valorização do modo de vida dos povos tradicionais a partir de acordos que permitem a pesca em seus limites apenas por estes povos.

Em toda a Amazônia, o extrativismo vem ganhando destaque e figura como alternativa de desenvolvimento. A inserção do extrativismo como alternativa de desenvolvimento econômico tem proporcionado a sua requalificação dentro dos moldes do capitalismo, com aplicação na indústria e inserção no mercado internacional. Este cenário fez com que o extrativismo ganhasse novo nome: Gestão de recursos renováveis não madeireiros. Trata-se da qualificação da atividade nos moldes dos preceitos da administração corporativa, para adquirir competitividade e tornar-se uma atividade rentável nos moldes do capitalismo. Esta dinâmica demonstra a importância do extrativismo como alternativa de desenvolvimento e sinaliza para o potencial que a atividade tem.

No Amapá, o extrativismo está melhor estruturado, como estratégia de desenvolvimento entre os povos extrativistas de castanha-do-Brasil (*Bertholletia Excelsa*) do sul do estado. A persistência do extrativismo da castanha ocorre pela oportunidade de geração de renda que esta proporciona a diversas famílias da região. Trata-se de um grupo de povos tradicionais que encontram no extrativismo da castanha-do-Brasil um elemento central, constituinte da identidade e organização social. Há também a prática da caça, pesca, cultivo

⁴ Os açazais são de ocorrência do açaí e os bacabais de ocorrência de bacaba, ambas palmeiras típicas da Amazônia que produzem frutos amplamente utilizados na alimentação da população.



de roças e extrativismo de outros produtos da floresta. Entretanto, é a partir dos castanhais que estes povos definem o seu território e constituem o seu modo de vida.

O reconhecimento da territorialidade dos castanheiros deu origem à Reserva Extrativista do Rio Cajari e ao Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá, que são criados no contexto de luta dos povos tradicionais pelo reconhecimento de suas territorialidades em conflito com o grande projeto de desenvolvimento capitalista da Jari Celulose⁵. A criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari assegurou a territorialidade dos povos tradicionais da região e tornou-se elemento impeditivo ao desenvolvimento do grande capital nestas terras. A organização política dos castanheiros tem se dado por meio de associações, que fortalecem a gestão do território e a geração de renda das famílias com o agroextrativismo.

Um dos símbolos da organização dos povos tradicionais do Sul do Amapá é a Associação de Mulheres do Alto Cajari, que produz biscoitos de castanha em uma cozinha comunitária na comunidade Água Branca (Figura 13), para fornecer ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, e comercializa vários produtos à base de castanha na Feira das Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (Figura 14).

Figura 13. Cozinha comunitária da Associação de Mulheres do Alto Cajari.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Figura 14. Feira da Associação de Mulheres do Alto Cajari.



Fonte: Eduardo Margarit (2018).

Entretanto, grande parte da produção de castanha-do-Brasil ainda é vendida para atravessadores, que compram as castanhas e revendem para indústrias de processamento e exportação em outras unidades da federação. Em trabalho de campo foi possível constatar a existência de 6 compradores de castanha em Laranjal do Jari, que atuam como atravessadores deste produto no Sul do Amapá.

⁵ Rangel (2017) realizou um amplo estudo sobre o *Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari*, e traz mais detalhes sobre o processo de luta pela terra-território e manutenção do modo de vida dos povos tradicionais nestas terras.



O beneficiamento e exportação das castanhas pelos próprios produtores se mostra como uma forma de agregar renda e eliminar atravessadores, despontando como uma importante estratégia de empoderamento destas comunidades. Neste sentido, há a Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas do Cajari (Cooperalca), na comunidade Santa Clara, que compra as castanhas com preço melhor que os atravessadores e faz o processamento, lavando, secando, selecionando e descascando as castanhas, agregando (assim) valor ao produto (RANGEL, 2017, p. 244). Entretanto, ainda não há a comercialização direta do produto em larga escala, seja no mercado interno ou externo, mas apenas em pequenas quantidades nas feiras locais.

Diversas outras associações e cooperativas foram criadas no Amapá e agregam, principalmente, povos tradicionais em busca de melhores condições de inserção de suas atividades e produtos no mercado. Como exemplo existem: a Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique especializada na produção de açaí, a Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari especializada na produção de sabonetes e outros produtos cosméticos com produtos da floresta em sua composição, e a Cooperativa dos Moveleiros do Jari que produz móveis com madeira local. Trata-se de exemplos de projetos alternativos de desenvolvimento em diversos setores de atuação dos povos tradicionais em sintonia com seus modos de vida, que geram emprego e renda para a população.

Há ainda no Amapá projetos alternativos de desenvolvimento que se tornaram modelos de gestão territorial e planejamento social. Entre eles destaca-se o *Plano de vida dos povos e organizações indígenas de Oiapoque*, construído por meio de diversas oficinas em 2008. O Plano de Vida engloba diretrizes e ações estratégicas de saúde, educação, produção, território, meio ambiente, cultura e movimento indígena (APIO, 2009). Este documento possui os principais anseios dos povos indígenas de Oiapoque e tem servido de instrumento para a construção de políticas públicas e reafirmação dos povos indígenas na sociedade.

Outro exemplo proveniente da organização dos povos tradicionais é a Colônia Agrícola do Matapi, que se destaca como modelo de colonização agrícola e produção de alimentos no estado.

Quanto à indústria madeireira, há o exemplo de manejo florestal comunitário executado no Projeto de Assentamento Munguba, no município de Porto Grande. Esta iniciativa consistiu na extração e venda da madeira do assentamento para a indústria madeireira, sob a gestão e fiscalização dos próprios assentados. Desta forma, a atividade de extração de madeira pode ocorrer com maior controle ambiental e social, reduzido impacto e melhor preço pago aos assentados⁶.

⁶ Informação oral proveniente do entrevistado J. R. S. N. (2018).



Os pescadores também têm buscado alternativas frente ao desenvolvimento da pesca industrial. Em Laranjal do Jari, a colônia de pescadores busca construir uma câmara frigorífica para armazenar o pescado para venda durante o período do ano em que há a redução da disponibilidade de peixes e, desta forma, manter uma renda estável durante todo o ano para as famílias envolvidas nesta atividade⁷. Já no município de Amapá, a colônia de pescadores está buscando estruturar uma cooperativa para o processamento do pescado e (assim) agregar valor ao produto⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que com a exposição dos resultados de pesquisa apresentados neste artigo tenha se tornado mais claro o quanto o modelo hegemônico de desenvolvimento para o Amapá se apresenta limitado para dar respostas à problemática econômica apresentada pelo Estado, socialmente injusto, principalmente para os povos tradicionais, e ecologicamente inviável. Por outro lado, as poucas iniciativas apresentadas dão uma visão das múltiplas possibilidades de desenvolvimento econômico calcadas em alternativas geradas pelo modo de vida e potenciais socioambientais do estado do Amapá.

A mudança no paradigma de desenvolvimento econômico hegemônico passa necessariamente pelo redirecionamento do Estado em sua política de desenvolvimento econômico, que para tanto precisaria direcionar esforços e investimentos para o fortalecimento das economias de base comunitária e potencialidades socioambientais que o Amapá apresenta. Já há iniciativas estatais neste sentido, mas com pouco alcance e com a coexistência contraditória de políticas públicas robustas para o desenvolvimento do grande capital.

Todos os elementos citados despontam como potenciais produtores de alternativas de desenvolvimento. Para tanto, é preciso potencializar estas atividades por meio de apoio e investimento público. Fortalecer estes projetos significa investir em um arcabouço socialmente construído de iniciativas de desenvolvimento alternativos ao modelo hegemônico. Isto dificilmente implicaria em uma mudança total de paradigma de desenvolvimento, mas certamente seria uma forma de oferecer alternativas socialmente mais justas. Se isto resultaria em uma transição gradual para um novo modelo de sociedade, é algo que necessitaria de uma aprofundada análise para concluir, mas de certo pode e deve representar o empoderamento da grande parcela excluída do sistema. Porém, é justamente o empoderamento do povo o fato temerário que leva a classe hegemônica a impedir grandes avanços em projetos alternativos de desenvolvimento. Nesta

⁷ Informação oral proveniente do entrevistado E. P. M. (2018).

⁸ Informação oral proveniente do entrevistado I. S. C. (2018).



dinâmica de conflitos de interesses, os povos tradicionais continuam sendo o elo mais fraco, mas também o com maior capacidade de resiliência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE - APIO. **Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: Apio, 2009.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil, uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CARDOSO, Josiane Pereira; LOMBA, Roni Mayer. Escolas famílias agrícolas e pedagogia da alternância: possíveis alicerces para o desenvolvimento sustentável do Amapá-Amazônia-Brasil. In: BRITO, Daguiete Maria Chaves; AVELAR, Valter Gama de. (Orgs.) **Geografia do Amapá em perspectiva**. Macapá: Unifap, 2017. p. 115-130.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. v. 2.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v. 3.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal, 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2021.

NASCIMENTO, Ana Lídia Cardoso do. As escolas-família agrícolas e agroextrativistas do estado do Amapá e sua relação com o meio ambiente. **Interacções**. n. 11, p. 29-47, 2009. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/374/329>. Acesso em: 05 out. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. 2017. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2017.